

MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS
PAULO ORTIGOSA
PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO
INÍCIO E SAÍDA DA CARREIRA: 05/05/1978 A 06/03/2012

Quando sequer pensava em cursar Direito, veio-me às mãos, um exemplar da nossa revista *Justitia*. Folhei-a e a achei muito interessante.

Tempos depois, ingressei como escrevente do Poder Judiciário. Aí comecei a ver o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público. Fui, aos poucos, me sentindo atraído por sua tão dinâmica função. Decidi. Seria um Promotor de Justiça. Ingressei nas Faculdades Metropolitanas Unidas e, quatro anos depois de formado, eis me sendo nomeado Promotor de Justiça, com apenas mais quinze colegas; isso em maio de 1978.

Casei-me tive duas filhas: uma Juíza de Direito e a outra, advogada, que está estudando para seguir a carreira deste pai, que amou e continua amando o Ministério público.

Ingressei como Promotor Substituto em São Caetano do Sul, cidade pequena mas já muito urbanizada. Depois fui promovido para a então bucólica, calma e agora saudosa Santa Branca. Dois anos se passaram e eis-me arrumando as malas para assumir a grande Guarulhos. Inaugurei uma das Promotorias Cíveis que foram criadas.

Lá o trabalho era intenso, volumoso, muito dinâmico. Para se ter uma ideia, tínhamos até que distribuir senha para o atendimento do público.

De qualquer maneira a ele me afeiçoei e ia por lá ficando, quando um colega, Sérgio Neves Coelho, sempre muito

arguto observador me disse que se eu não me promovesse, em pouco tempo eu seria o mais antigo naquela comarca, tal a dinâmica da carreira. As promoções eram muito rápidas.

Assim, com aquele aconselhamento, e acompanhando o curso natural da carreira, ví-me Promotor de Justiça na Promotoria Distrital de Vila Maria, bairro que conhecia bem, pois havia lá morado. Esse bairro muito contribuiu para a popularidade de Jânio Quadros, dele ganhando o nome que hoje ostenta a sua principal ponte sobre histórico rio tietê.

Com a criação dos Foruns Regionais, fui ser Promotor de Justiça, na 4ª Promotoria de Justiça de Família, do Forum Regional de Santana, onde permaneci até 1996, de onde só saí para ser Procurador de Justiça.

O tempo, colegas, passou tão rápido quanto estas rápidas palavras que agora materializo neste papel.

Enquanto Promotor de Justiça, procurei, paralelamente, dar minha cota de participação dentro de minhas limitações à nossa querida APMP. Assim, fui Diretor adjunto do Departamento de Saúde, de certa forma incipiente ainda, mas já muito promissor; fui também, Coordenador do tradicional e histórico Grupo de Estudos da Capital, Carlos Siqueira Neto.

Em 1996, fui promovido a Procurador de Justiça. Fase da aplicação de tudo o que aprendi na primeira instância e fase de muito aprendizado, também, com nossos experientes e cultos colegas. Nessa função fui eleito duas vezes para compor o tão democrático e importante Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

Verdadeiro parlamento e filtro da Instituição, palco de profunda reflexão e decisão de matérias polêmicas atinentes

a atuação do Ministério Público.

Naquele mister, tive a oportunidade de, como relator, sustentar voto da paridade simétrica entre os membros da ativa e inativa da Instituição. Paralelamente, a função de Procurador de Justiça, integrei a Banca Examinadora do melhor arrazoado forense, versão 2010.

Aposentei-me em 2012. Posso dizer, em uma visão poética, que realizei um sonho, o de ser Promotor de Justiça e essa realidade só fez confirmar o que esperava desse grandioso Ministério Público.

Devo a esta querida Instituição o meu crescimento intelectual e também a lapidação do meu censo de justiça. O MP, me permitiu ter contato profissional diuturno enriquecedor com colegas e Juízes de Direito.

Aprendi e aprendo a compreender como a Instituição do Ministério Público se faz tão necessária em uma sociedade como a nossa que ainda não atingiu a maturidade social.

Vejo hoje como a nossa Instituição cresceu, desde o meu ingresso, como ela é hoje conhecida, respeitada e querida pela população. Basta, para tanto, lembrar aqui a sua mobilização contra a famigerada PEC-37, que queria imobilizar a atuação do Ministério Público.

A experiência de vida me concita a dizer que a Banca de Concurso do Ministério Público, porta de entrada da Instituição, deve continuar olhando com atenção para o aspecto moral do candidato, até mesmo em detrimento de seu conhecimento jurídico. Pois se este último ainda não é o ideal, ele se completará ao longo da jornada.

Mas a inidoneidade moral do candidato que faz parte indelével de sua personalidade jamais o capacitará para o

cargo e tampouco mudará com o tempo. É essa força moral, aliada ao trabalho, que fortifica as Instituições.

Auguro aqui votos de que os jovens que hoje ingressam nas fileiras do Ministério Público lancem seus olhares para os que por aqui passaram e muito contribuíram com seu profícuo trabalho legando, assim, este grandioso Ministério Público. Espera-se dos novos o esforço para sempre manter essa nobre e necessária Instituição Ministério Público em prol da nossa, ainda tão combalida sociedade.

Com os meus cumprimentos.

Paulo Ortigosa – Procurador de Justiça Aposentado